

Dívida dominará os debates

JOSÉ ANTONIO PUERTAS
Da AFP

Washington — A dívida externa, o protecionismo e os desequilíbrios entre os países industrializados serão novamente os grandes temas da assembléia anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, cujos trabalhos começam hoje em Washington.

Após um ano que superou as expectativas de crescimento econômico no mundo industrial, e sem dar muita importância à situação de estancamento que atravessam os países em desenvolvimento, especialistas dos dois institutos reconheceram esta semana a inexistência de soluções a curto prazo.

Os informes anuais do Bird e do FMI coincidiram em apontar a necessidade de manter por um longo tempo os programas de ajuste e reformas econômicas, além de apoiá-los com financiamento adequado e maior abertura do comércio internacional.

O estudo ressalta a prioridade que o organismo dará nos próximos oito dias à implementação do Plano Brady para a redução da dívida do Terceiro Mundo, o aumento dos recursos do FMI, os obstáculos que freiam os trabalhos da rodada uruguaia do Gatt e a pouca influência do Fundo sobre as políticas das Nações Unidas.

A iniciativa lançada pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, para reduzir o saldo e a carga de serviço da dívida das 39 nações mais endividadas, começou a tomar corpo em junho passado, com os casos do México e Filipinas.

Esses exemplos despertaram grandes expectativas mas serviram também para destacar a insuficiência do apoio financeiro oficial e as diferenças de critério entre os institutos governamentais e os bancos privados internacionais.

O México negociou uma redução de 35 por cento sobre sua dívida bancária de 53 bilhões de dólares, em troca de garantias para seus pagamentos futuros com um fundo de 7 bilhões de dólares que reuniu com recursos próprios e aportes do FMI/Bird (3,4 bilhões) e do Eximbank do Japão (2 bilhões).

O Instituto de Finanças Internacionais (IFI), que representa os bancos privados, advertiu que os 7 bilhões de dólares são reduzidos a um montante irrisório, quando utilizados para cobrir a magnitude de uma dívida como a mexicana, e preveniu que muitos bancos podem ainda retroceder ante o acordo assinado inicialmente com o comitê de gestão.

Maior apoio financeiro do FMI aos países endividados, entretanto, dependerá das decisões tomadas na assembléia anual sobre o aumento dos recursos do Fundo.

O diretor-gerente do instituto, Michel Camdessus, reivindica um aumento de 100 por cento (110 bilhões de dólares) para elevar os empréstimos que, desde 1986, são menores que as cobranças do fundo a seus países-membros, em particular os mais endividados.

A assembléia anual do FMI e Bird examinará ainda a situação criada pelo crescente número de países atrasados em seus pagamentos aos dois institutos, o que reduz seus créditos e aumenta os custos e as condições para seus empréstimos. Entre esses casos, o mais notório é o do Peru, cujos atrasos foram recebidos pela comunidade financeira internacional mais como uma política do governo do presidente Alan García, do que uma consequência de suas graves dificuldades econômicas.

A assembléia também será o cenário para as negociações do FMI com a Argentina e o Brasil, que esperam selar acordos com o instituto para novas rodadas de discussão com os bancos internacionais.